

POR UMA NOVA CULTURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, UM BALANÇO DE EXPERIÊNCIAS DE PODER LOCAL

HADDAD, Sérgio – Ação Educativa

GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18

O trabalho encomendado discutirá os resultados da pesquisa: **Juventude, Escolarização e Poder Local** que teve como objetivo geral investigar as políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal nas áreas de juventude e educação de jovens e adultos em 10 regiões metropolitanas do País.

A iniciativa foi coordenada por Marília Pontes Sposito, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e por Sérgio Haddad, ex-professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e pesquisador da Ação Educativa. A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Em cada uma das regiões metropolitanas estudadas, foram organizados grupos de pesquisa coordenados por pesquisadores de universidades públicas locais.

O projeto foi organizado em dois eixos de pesquisa – Juventude e Educação de Jovens e Adultos EJA -, e foi desenvolvido ao longo de três anos (2003-2006). Na primeira fase foi feito um balanço quantitativo das ações públicas municipais em cada um dos eixos. Na segunda etapa foram realizados estudos de caso em cada uma das regiões metropolitanas.

No caso da EJA, na primeira fase foram pesquisados 125 programas e projetos municipais em 66 municípios de 7 regiões metropolitanas. Na segunda fase foram realizados 9 estudos de casos.

As informações da primeira fase foram organizadas em um banco de dados, constituindo importante referência para a gestão municipal desses temas, em todo o País. Os estudos de casos foram organizados em dois livros temáticos que estão aguardando recursos da FAPESP para publicação.

Os objetivos específicos do eixo Educação de Jovens e Adultos foram:

√ Construir uma base de dados abrangente que permita descrever e conhecer as ações desenvolvidas pelo executivo municipal para a educação escolar de jovens e adultos;

√ Examinar como se constituíram os diversos programas municipais de atendimento escolar para jovens e adultos sob o impacto das reformas de ensino recentes – particularmente a implantação do FUNDEF –, quais os mecanismos adotados para sua estrutura, financiamento e funcionamento pedagógico;

√ Analisar os diversos desenhos e concepções dos programas e como se estabeleceram os relacionamentos entre o poder público e entidades da sociedade civil no atendimento da escolarização de jovens e adultos;

√ Verificar como o rejuvenescimento da população atendida em programas de escolarização de jovens e adultos tem sido considerado em políticas e processos pedagógicos.

Participaram da equipe de pesquisa em EJA

Coordenação Geral: Sérgio Haddad

São Paulo: Elmir de Almeida, Marli Pinto Ancassuere e Marilena Nakano; Sérgio Haddad; Aline Cristina de Oliveria Abbonizio, Eduardo Peterle Nascimento, Kelly Victor

Rio de Janeiro: Osmar Fávero, Eliane Ribeiro Andrade, Ana Karina Brenner

Minas Gerais: Leoncio Soares, Ana Rosa Venâncio

Santa Catarina: Sonia Aparecida Branco Beltrane

Rio Grande do Sul: Jaqueline Moll, Danise Vivian

Goiás: Maria Margarida Machado, Maria Emilia de Castro, Ivonete Maria da Silva, Dinorá de Castro Gomes, Esemeraldina Maria dos Santos.

Paraíba: Timothy Denis Ireland, José Barbosa da Silva; Orlandil Moreira da Silva

Resultados:

Os resultados dos estudos de caso apontaram para o surgimento de sinais de uma nova forma de conceber e construir a Educação de Jovens e Adultos no contexto das políticas municipais de educação.

Estes sinais são produzidos como consequência do contexto vivenciado pelo processo de democratização da sociedade brasileira, onde há uma confluência contraditória entre a manifestação e concretização do reconhecimento da EJA como um direito de todos os cidadãos e cidadãs no Brasil, consagrado na Constituição de 1988, ao lado de processos que limitam a possibilidade real da implementação deste direito pelas políticas públicas, particularmente a implantação do FUNDEF. Esta confluência de dois fatores contraditórios foi confrontada pela mobilização da sociedade civil e por governos comprometidos com a EJA que reagindo ao esvaziamento, procuraram resistir e implementar políticas públicas. O plano municipal foi o cenário principal das pressões e das ações, menos para garantir este direito de forma universalizada, pois sem o apoio da federação e dos Estados tudo ficaria mais difícil, mas principalmente na construção de políticas públicas que se diferenciavam por sua qualidade sobre o que se vinha fazendo até então.

Vários fatores contribuíram para que isto viesse a ocorrer: o reconhecimento da EJA como um direito, que foi contemplada na nova legislação pós-ditadura militar; a forte vocação participativa e descentralizadora da nova Constituição de 1988 que consagrou as demandas dos movimentos sociais por processos de democracia participativa para além das tradicionais formas representativas; a presença de governos progressistas no plano municipal que se orientavam por estas lógicas; a influência do movimento de educação popular, de forte identidade freiriana, que ao se voltar para a escola pública e para o direito de jovens e adultos em obter a sua escolaridade, pressionou e influenciou na construção de um novo modelo de se fazer a EJA que pudesse superar criticamente aquilo que havia sido implementado no contexto do regime militar.

Esse conjunto de aspectos produziu dois sinais diferenciados, apontados pelos estudos apresentados: no plano da universalidade do atendimento, restrições claras ao desafio de contemplar o grande número de jovens e adultos que não possuindo sua escolaridade básica demandavam estes serviços públicos; no plano das experiências

concretas implementadas, particularmente pelo poder local, sinais qualitativos de uma nova forma de se conceber e construir a educação de jovens e adultos.

Entre as diversas características, percebe-se uma forte tendência ao distanciamento do modelo tradicional de atendimento, onde a EJA é identificada como reposição da escolaridade, tomando-se como espelho o ensino regular. Um novo conceito de EJA vem sendo construído, tendo por base o perfil do jovem e do adulto que demanda escolaridade, bem como as suas necessidades de aprendizagem. A forma como estas necessidades foram contempladas no currículo é consequência de forte presença participativa dos educandos e da comunidade, que influenciam e definem conteúdos e práticas pedagógicas. As necessidades de aprendizagem influenciam ainda o modo de se fazer escola, onde há flexibilidade nos tempos e espaços em que as práticas educativas se dão, assim como nos conteúdos e nas formas de avaliação. Fazem parte destas novas características a participação de organizações sociais em programas de EJA, onde a construção de espaços públicos, através da co-gestão entre o poder público e sociedade civil, é tema relevante na lógica do aprimoramento dos processos de democracias participativas.